

O BEM COMUM E A POLÍTICA



MARCO MACIEL

1994

O bem comum e a política

"Política é a realização de objetivos coletivos"

(David Easton)

"É um dever do político e do homem religioso edificar sociedade calcada no bem comum."

Não deve haver uma fronteira rígida a separar a ação do político e a atividade dos religiosos nos desempenhos de seus múnus específicos. A ambos interessa a realização do bem comum: tanto o ministério religioso quanto a função política valorizam a busca de um consórcio humano fundado na justiça social.

Creio não estar só. Gandhi, um cristólogo em seu apostolado pela não-violência, refletia esse ponto de vista: "Minha devoção à Verdade empurrou-me para a política; e posso dizer, sem a mínima hesitação, mas também com toda a humildade, que não entendem nada de religião aqueles que afirmam que ela nada tem a ver com a política".

A Igreja Católica, como qualificou recentemente o papa Paulo VI, por ser "perita em humanidade", ao proferir uma visão global do homem, que ela expressa em sua vasta doutrina social, mostra o seu cuidado com a situação do povo em seu trânsito pelo mundo.

Esse ministério pontifício vem se adaptando à semântica dos novos tempos desde a encíclica "Rerum Novarum", do inspirado Leão XIII, o primeiro e sistematizado pensamento "ex-professo" sobre a questão social.

Defende a encíclica princípios hoje universalmente aceitos, que produziram talvez um impacto igual ou maior

do que o causado pelo "Manifesto Comunista", tal a firmeza e contundência com que verberou a iniquidade da exploração, por parte de duas correntes econômicas que se digladiavam, concitando "a autoridade pública a tomar medidas eficazes para assegurar os interesses da classe trabalhadora, sob pena de violar a Justiça que quer seja dado a cada um o que é devido".

A doutrina social católica, colocando a Igreja em posição equidistante de todo totalitarismo político, e que se consolida no tempo, define-se a partir de uma visão *integral do homem*, considerado não apenas como agente econômico, mas também como ser lúdico, livre e social, possuidor e criador de cultura, necessitando de afeto e capaz de solidariedade e amor.

As encíclicas posteriores à "Rerum Novarum", em grande parte trazida à lume em sua comemoração, aprofundaram e alargaram os preceitos de Leão XIII.

Assim foi com a "Quadragesimo Anno", de Pio XII, a "Mater et Magistra", de João XXIII, a "Gaudium et Spes", do Concílio Vaticano II, a "Populorum Progressio", de Paulo VI, e, de João Paulo II, a "Labor Exercens", a "Solicitudo Rei Socialis" e, finalmente, a "Centesimus Annus", editada em regozijo pela passagem do primeiro centenário da "Rerum Novarum".

O ministério social da Igreja atualiza-se quase que com a mesma rapidez das mudanças verificadas "urbi et orbe", graças à continuidade associada à renovação, conforme expõe o papa peregrino João Paulo II, assegurando a sua enorme perenidade.

Não é este também o papel a ser cumprido pelo político isto é, por todos aqueles que se dedicam integralmente à causa pública?

Tudo isso exige dos sacerdotes – na acepção estratégica de sua tarefa – e dos políticos, no seu propósito de propiciar ao homem sua plena e integral realização, uma generosa e contínua atitude de solidariedade em relação ao próximo.

Explica-se, dessa forma, a razão pela qual o carisma, expressão utilizada no passado para caracterizar os portadores de dotes sobrenaturais, especialmente os santos e mártires, tenha passado também a ser considerado atributo do autêntico homem público. Pois, uns e outros, religiosos e políticos, não podem prescindir da aura do exemplo que se dá como corolário de uma reta conduta dedicada ao bem comum, ao serviço da causa que professam. Assim, a ambos cumpre, com o testemunho e a ação, exercitar tarefas catequéticas, de proselitismo em favor das convicções e valores que abraçam.

Nem se pense todavia, que o ministério do homem de Estado não tenha para a Igreja valor e significação. Ao contrário, a doutrina católica consigna relevante importância à crescente melhoria de vida do homem em seu trânsito pelo mundo. O Concílio Vaticano II (nº 1.350) é suficientemente esclarecedor: "A obra redentora de Cristo, que consiste essencialmente na salvação dos homens, inclui também a instauração da ordem temporal. Portanto, a missão da Igreja não consiste só em levar aos homens a mensagem de Cristo e sua graça, senão também penetrar no espírito evangélico as realidades temporais e aperfeiçoá-las". Assim, a doutrina cristã não apenas conhece a importância da atividade política: estima-a e exalta-a.

Tudo isso, enfim, nos leva a afirmar ser dever e propósito do político e do religioso edificar uma sociedade mais justa e humana, calcada no bem comum, que é na definição do Concílio Vaticano II ("Gaudium et Spes") "o conjunto daquelas condições de vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição".

Marco Maciel é advogado, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, tem ministrado aulas em diversas escolas de ensino superior do País. Fez curso de extensão sobre instituições americanas em Harvard.

Secretário de Estado de Pernambuco, Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Deputado Federal em dois mandatos. Presidiu a Câmara dos Deputados.

Governador do Estado de Pernambuco.

Senador em dois mandatos. Ministro de Estado da Educação e do Gabinete Civil da Presidência da República.

É Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.